

Relatório do CN ao IV Congresso nacional da ORM-PO

Setembro de 1967

Todo o nosso trabalho e as nossas perspectivas serão agora pesadas e avaliadas. Perante os interesses históricos da classe operaria e da revolução socialista, temos a responsabilidade de traçar um caminho de ação para a mobilização revolucionaria da classe, e de trilhá-lo até o fim. Cansado de tantas traições e reboquismos, de esforços gastos que só aproveitaram aos "aliados" burgueses, nosso proletariado se movimenta a espera de uma nova direção. Enquanto os reformistas procuram voltar com novas roupagens, nosso dever é impedir justamente um novo ciclo de frustrações e derrotas. Traçar uma linha clara para a revolução, desenvolver todos os nossos esforços para a organização da classe, transformando-nos a nós mesmos, e agirmos decisivamente na constituição de uma efetiva vanguarda proletária no país são agora nossas grandes tarefas. A recapitulação critica de nosso caminho até aqui - uma norma que sempre tivemos nos congressos passados - ganha uma importância assim maior, devido às grandes mudanças ocorridas desde o ultimo congresso, e à situação que enfrentamos.

É grande a responsabilidade deste congresso, que deverá assimilar tudo o que fizemos até hoje e traçar as diretrizes necessárias ao avanço da revolução no Brasil. Nossos acertos e erros, as missões cumpridas e as omissões, a definição das metas e dos caminhos, as tarefas atuais, tudo isso - que já mereceu uma extensa discussão entre nossos militantes e células - será agora julgado na perspectiva da constituição de uma nova vanguarda em curso no país.

A recapitulação tem dessa forma uma função essencialmente pratica: a de nos capacitar pelo conhecimento do nosso passado, a vencermos as deficiências ainda não vencidas.

O III CONGRESSO

Nosso último congresso - em março de 1964 - se deu num período em que a O. se empenhava duramente para colher os frutos da conjuntura favorável que atingia seu ápice e fim. A tiragem do jornal semanal expressou um aceleração em nosso ritmo de trabalho e abriu novas perspectivas para nós. Mas aquele ascenso de massas entre 61 e 64 se deu sob a direção do reformismo, e nossas posições eram uma nota dissonante no conjunto da política pequeno-burguesa. Se a esquerda revolucionária se desenvolveu neste período, não teve tempo, todavia, para amadurecer e pesar nos acontecimentos mais importantes.

Nosso III Congresso procurou traçar os caminhos para nosso avanço na tarefa da constituição de um partido revolucionário da classe operária. Mas o programa então elaborado não se mostrou amadurecido para aprovação. O Congresso deliberou que ele voltaria às bases, preparando a discussão para um Congresso Extraordinário, em julho, que aprovaria a versão final. As discussões revelaram a insuficiência teórica que ainda nos impedia de explicitar nossa visão programática. No informe político do Congresso ressaltam-se as posições apontadas:

1) frente à ameaça de golpe fascista e radicalização do movimento de massas em caso de golpe bonapartista;

2) frente à campanha por uma Constituinte levantada por Brizola como alternativa ao golpe de Jango, a orientação de "Uma Constituinte convocada sem que haja rompimento das relações de forças sociais e políticas, principalmente no campo, produziria um órgão representativo não muito diferente do atual Congresso, com o predomínio das maiorias reacionárias. Compete à esquerda revolucionária no presente momento concentrar a luta na criação de condições mais democráticas de trabalho de uma verdadeira Constituinte, principalmente na formação da classe operária livre da tutela burguesa na cidade e a quebra do domínio latifundiário no campo, e a opressão imperialista do país";

3) para o amadurecimento das forças revolucionárias, a política de frentes previa: "O Congresso recomenda a todas as bases da O. uma concentração de esforços no trabalho junto aos grupos de onze. Esse trabalho deve ser empreendido com a preocupação de dar consciência revolucionária às massas radicalizadas e organizadas nos grupos de onze, tendo em meta criar uma base para o Partido Revolucionário";

4) o reboquismo do PCB em relação a Jango "exige que a O. passe à denúncia sistemática dessa direção. O objetivo é incentivar a formação de uma verdadeira oposição e facção revolucionária no

PCB, o que implica uma aproximação maior com suas bases".

O Congresso contou com representantes de 10 Estados e totalizava 51 votos (cada voto representava 5 militantes).

O GOLPE MILITAR E AS CONSEQÜÊNCIAS

O golpe militar foi deflagrado pouco depois que os delegados chegaram aos seus Estados. Ainda que nossas formulações gerais previssem tal situação, o fato é que não estávamos preparados organizativamente para tal emergência. Além disso, a concretização do golpe criou uma realidade nova que, em boa medida, superava o nível das diretrizes traçadas na véspera. Iniciou-se um período de dura readaptação às novas condições, a defecção e os fracassos, os pacientes e sempre recomeçados trabalhos de rearticulação, exigiram um grande esforço dos nossos militantes. Não se tratava mais somente de organizar a esquerda revolucionária e a vanguarda proletária, mas, preliminarmente, de efetuarmos uma mudança qualitativa em nós mesmos para enfrentarmos a situação. O peso do amadorismo, das improvisações e do liberalismo — marcas da origem e do meio de atuação pequeno-burgueses da maioria dos militantes — dificultou nossa adaptação às condições novas de luta.

Se conseguimos manter a presença política da O. e manter uma alternativa ao reboquismo dominante foi, mais uma vez, pelas posições que defendemos. Em maio de 1964, saiu a primeira análise política da O. após o golpe. Sua circulação limitada pela nossa precariedade organizatória após o golpe reduziu seus efeitos, mas, por refletir uma concepção correta da situação, ela fornecia as premissas para a continuidade do trabalho. Este documento — "O golpe militar e as novas tarefas revolucionárias" - procurou extrair da "lição de abril" uma "base para a estratégia de luta", ressaltando 3 pontos:

a) a falência das estratégias que especulavam com as divisões internas da classe dominante, entregando a liderança da classe operária a uma dada facção delas (...) o que vemos é que há duas forças básicas no país e que polarizam o resto: a força dos trabalhadores, que só pode se manifestar através de uma frente de classe, um governo revolucionário sob a liderança do proletariado industrial, e a força das classes dominantes - a burguesia e o latifúndio — que estabeleceu sua ditadura através do Exército para salvar seus privilégios;

b) a tendência das classes dominantes para um governo autoritário. O golpe demonstrou claramente que o ponto básico que une toda a classe dominante é a necessidade de barrar o avanço das classes trabalhadoras, golpear-lhes as organizações, fazer recair nelas o ônus da crise econômica (....);

c) o caráter de classe do Estado brasileiro, exprimindo-se na aliança burguesia-latifúndio sob domínio imperialista, e a impraticabilidade do chamado "caminho pacífico". O Governo Revolucionário dos Trabalhadores era apontado como único capaz de "exterminar as bases da reação". Diante da nova situação, outras formas de luta ganhavam em importância. A luta armada configurava-se então como fator fundamental da derrubada da ditadura militar. E, para se chegar à insurreição, mostrava-se a necessidade de mobilizar desde a luta imediata as bases sociais da revolução, no que seria uma frente dos trabalhadores da cidade e do campo.

Mas se já nos mostrávamos capazes de apontar as grandes linhas da estratégia revolucionária e isso nos permitiu fazer avançar o trabalho geral de propaganda da linha proletária num meio em que ainda, predominava a perplexidade ou as perspectivas de uma luta armada como mero apêndice de uma estratégia nacionalista e democrática — ao mesmo tempo revelávamos uma falta de clareza quanto às tarefas imediatas. E no plano imediato a tarefa que tínhamos de enfrentar exigia uma O., superior ao que éramos. No momento em que a luta de massa estava completamente bloqueada pela ditadura e em que todos os setores mais combativos que se viam encostados à parede pelas perseguições policial-militar, a resistência armada assumiu o aspecto principal da prática das organizações revolucionárias. E exatamente, o prestígio que nos dera a comprovação de nossas teses fez com que para nós convergissem várias das melhores forças da esquerda, buscando uma organização política que dirigisse a luta contra o regime. O que na prática se pôs a prova era a concretização de um caminho político que formulávamos em teoria. E o fato é que a O. ainda não estava amadurecida para cumprir todas as tarefas colocadas pelo momento.

Formulamos de modo mais concreto uma concepção geral sobre o papel da ação armada nas atuais circunstâncias: a luta de guerrilhas como forma básica de luta armada, o caráter prolongado dela e a função primeira do foco como polarizador para a reaglutinação da vanguarda operária sob direção revolucionária. E procurávamos acelerar o avanço organizatório para fazer frente a essas tarefas. Ao enfrentarmos as tarefas, o imediatismo do meio acabou por nos contagiar. E o nosso

insuficiente desenvolvimento — falta de quadros, a improvisação, a organização precária — fez valer o seu peso. O fracasso desse projeto trouxe consigo uma grande desarticulação. As seções de Ba. e Go. permaneceram isoladas por um longo tempo. Também a seção de Brás. só escassamente recebeu assistência nacional. Mg. e Gb. entraram em prolongada crise. Os núcleos que estavam se iniciando em Pe., Pr. e Rs durante o Congresso já tinham se desarticulado. Só em SP, onde a repressão fora menor, a O. se vinha fortalecendo, contando inclusive com quadros vindos de outras seções. A desarticulação do próprio CN retardou um balanço da situação e a assimilação das lições. Não resta dúvida, entretanto, que a derrota também nos educou e a experiência vivida e assimilada faz parte hoje do nosso acervo e contribuirá para nosso aperfeiçoamento nesse setor.

A REORGANIZAÇÃO

Ate o fim de 1964 vivemos praticamente sem uma direção nacional efetiva. Em SP reuniram-se 3 membros do CN (comps. Fred, Raul e Oliveira), que procuraram tomar o guiso da O., dando continuidade ao trabalho. Procurou-se retomar as publicações e criar na seção uma base material e quadros políticos para o reerguimento. Mas tal direção não logrou ainda dar uma assistência nacional: no fim do ano a seção de Brás., isolada, sofria novas perdas; Ba. e Go. permaneciam sem assistência; nem mesmo Gb. e Mg. manifestavam sinais animadores.

Quanto a orientação política, a experiência do primeiro semestre provocou interpretações diversas e desvios em nossa linha. Fazendo o balanço da situação, a direção estadual de Mg. concluía pela necessidade de concentrarmos todos os nossos esforços nas tarefas de massas, com o fito de "rompermos os pontos de estrangulamento", desprezando totalmente as outras atividades — a propaganda, a formação de quadros, a imprensa, etc. Tal orientação conspirativista naquele momento atrasou o reerguimento político da seção. Mas, por outro lado, a direção executiva do CN que se formara em SP deixou-se levar por uma concepção espontaneista, que centrava a estratégia na previsão de inevitáveis insurreições urbanas, desprezando o papel ativo da vanguarda. Em análise de agosto de 1964 — "Perspectivas da Crise Política" — concluía-se que a insurreição e a guerra civil são inevitáveis nas atuais condições da luta de classes no país. E, tornando-se mais explicita: "O tempo é pouco. A crise econômica tem um prazo de dois anos, dentro do qual deverá chegar ao seu ponto máximo. Os acontecimentos políticos tem também um prazo semelhante (eleições em 1966) para ferverem. Neste prazo estarão criadas todas as condições para a guerra civil". A organização de sindicatos ilegais aparecia entre as palavras-de-ordem do documento. E, substituindo a guerrilha — já que a insurreição seria inevitável e urbana, além de iminente — aparecia a tarefa de organizar "tropas de choque" numa classe operária onde nem ainda os comitês de empresa estavam disseminados.

Até o início de 1965, desse modo, a O. seguiu graças aos esforços de vários militantes que, enfrentando todas as situações adversas e ainda a ausência de uma orientação nacional segura, levaram a cabo o trabalho de organização, de propaganda, de formação.

Vivemos nesse período a experiência da FPL, fruto da articulação de forcas no exterior e que visava uma agitação revolucionaria em todo o país. A falta de unidade programática, a incapacidade de uma atividade de cunho nacional, a imaturidade de alguns aliados — principalmente a irresponsabilidade dos trotskistas — esvaziaram cedo esta frente.

Internamente a O. de qualquer forma recebeu o primeiro impacto positivo de publicações que mantiveram uma certa atividade na formação de quadros. Nesse período saíram os Cadernos de Esquerda Revolucionaria nos 1 e 2 "Por um Governo Revolucionário dos Trabalhadores" e "O Plano de Governo contra o povo". Esses dois documentos, se por um lado forneceram fundamentos para nossa análise do plano econômico do governo (nº 2) e mantiveram nossa argumentação sobre as bases sociais da revolução (nº 1), revelaram também boa dose do espontaneismo anotado no documento de agosto.

Em janeiro de 1965 o CN se rearticulou e esboçou as primeiras medidas para uma reconstrução nacional, alterando os estatutos "ad referendum" do Congresso para permitir maior centralização e disciplina, escolhendo 3 elementos para constituir uma Secretaria Executiva do CN. No balanço de nossas tarefas, então efetuado, aprovávamos: "Esta situação obriga a esquerda militante a usar métodos conspirativos, o que limita o raio de ação dos militantes, mas garante a continuidade da luta. O essencial é que esse trabalho revolucionário se faça num terreno que permita a criação de núcleos revolucionários. Esse terreno é a classe operária, única capaz de empreender uma luta de massa contra o regime". E, tornando-o mais concreto: "O objetivo imediato e a criação de grupos, conselhos ou comitês de fábrica (...) Das campanhas salariais até movimentos políticos, a esquerda deve estar presente e orientar a resistência operária (...) A continuidade deste trabalho cria, na prática, uma nova liderança da classe operária e cria as premissas de um verdadeiro movimento de massas contra o

regime, que culminará na luta insurrecional popular". No nível da luta armada, dentro dessa concepção, a guerrilha é vista também como "o instrumento mais apropriado nas presentes condições". "Por outro lado, porque exatamente o característico da guerrilha é iniciar-se com pequenas forças, que crescem enfraquecendo a máquina militar e transformando-se na vanguarda combatente das classes exploradas. Nas atuais condições, a guerrilha terá ainda duas finalidades específicas: em primeiro lugar, polarizará a luta, despertando a confiança das massas trabalhadoras, através do poder e da autoridade conquistados na luta armada de se dirigir diretamente ao povo inteiro; em segundo lugar, desencadeará a luta camponesa em novo nível". Uma tarefa imediata era a criação de um "órgão central que aponte as perspectivas políticas na luta diária e que forneça a argumentação fundamental para a literatura local (...) o jornal de vanguarda é uma premissa indispensável para a formação duma vanguarda revolucionária em escala nacional". Concluía o documento ressaltando a necessidade de um aparelho partidário que superasse o "amadorismo e as improvisações levianas do passado que ainda perduram na esquerda em geral", fazendo a crítica das frentes "sem bases materiais ou mediante concessões teóricas duvidosas".

As duas tarefas imediatas — o trabalho nas fábricas e a criação de um órgão central — não foram enfrentadas devidamente. A imprensa só foi encaminhada a partir de julho, e só a partir de novembro conseguimos manter um periódico semanal — que foi, entretanto, se aperfeiçoando na prática, através de vários erros iniciais e deficiências de leitura e distribuição — que revelaram (mas também ajudaram a consertar) grandes falhas na nossa organização interna. Quanto ao trabalho nas fábricas, seus progressos então foram bem insignificantes: ante a dificuldade então de fazê-lo, o peso ideológico pequeno-burguês do nosso meio procurou derivativos para ele: a necessidade de uma "palavra de ordem global", a necessidade de uma "tática global" etc.

AS DIVERGÊNCIAS INTERNAS

Ainda em janeiro de 1965 os companheiros da Secretaria Regional de MG enviaram ao CN uma proposta política de passarmos a centrar nossa luta na convocação de urna "Constituinte Popular", proposta então rejeitada pelo CN.

Em abril o CN aprovava um Manifesto-Programa, que passava a ser o documento-base da O. até a realização do Congresso. O Manifesto-Programa colocava como "tarefas do Partido Revolucionário" principalmente a organização clandestina da massa — "base em que se apoiará prioritariamente a vanguarda proletária no momento da insurreição, para constituir e sustentar o seu governo revolucionário" — e "a preparação e efetivação da luta armada". Tal documento cumpriria basicamente a função de uma resolução política, de um chamamento à luta revolucionária; para um manifesto-programa, no entanto ele foi insuficiente, não se detendo na explicação do caráter da revolução. E isso certamente provocou deficiências na formação dos quadros.

No correr do ano, o trabalho de centralização nacional começou a dar frutos com o reerguimento das seções de Go. e Bra. e a retomada de contato com a Ba., que não cessara de progredir através de um sério trabalho de formação de células e propaganda revolucionária. Na Gb. — onde se notavam os sinais primeiros e mais promissores de surgimento de uma facção revolucionária no PCB — ainda não conseguíamos estruturar a O. embora nosso material atingisse aquelas áreas e certamente tenha dado sua contribuição para tal luta interna no partido tradicional. Em SP, progredia a criação de um aparelho organizatório e a formação de quadros, embora não tivéssemos conseguido penetrar na classe operária. Reerguia-se a O. em MG, mas cristalizando tendências que preocupam a preocupá-la.

Em abril a SR de MG lançava um documento interno — "Por uma Constituinte Popular" — que procurava fundamentar mais sua proposta de janeiro. Preocupado com todas as tarefas de reorganização nacional, e mais a propaganda externa de nossas posições, o CN não deu uma resposta política às bases que explicasse todo o significado daquela nova tendência que surgia entre nós. Desenvolveu-se assim toda uma tendência de revisão de nossas principais posições. Com esse documento ficava claro que a luta pela Constituinte era vista por aqueles companheiros não como simples objetivo tático que pudesse ser oportuno num dado momento da luta, mas sim como o próprio "fio condutor" que levaria a revolução. A fundamentação não se prendia a uma análise material das classes e sua posição no processo econômico e político do país, e sim a reflexões jurídicas e psicossociais. Com relação ao programa, aproximava-se das teses da revolução democrático-burguesa, que sempre combatemos. O governo de transição era definido como um "governo constitucional-popular". Pela sua problemática e por suas soluções, o documento permanecia no nível da pequena-burguesia e do movimento estudantil. Tal concepção, que subestimava a luta onerária e a consciência comunista em proveito duma agitação liberal democrática sem claras distinções de classe, centrou o trabalho em MG no movimento estudantil, chegando mesmo a desprezar as tarefas de reorganização da classe operária exatamente numa seção onde já tínhamos uma base para isso. O CN

não percebeu então todo o alcance dessas posições, embora as refutasse; não as percebeu como um nítido desvio de direita que traria a resistência às verdadeiras tarefas de reorganização da classe operária, de libertação da ideologia burguesa. Antes de combater a fundo tais concepções e suas raízes, todo o trabalho estaria comprometido.

Foi aos poucos que fomos afiando nossas concepções de luta. A partir dos órgãos publicados em meados de 1965 começamos a dar urna orientação para a luta diária. A luta política então revelava as divisões internas nas classes dominantes e as constantes ameaças de golpe dentro do golpe. Em outubro realizaram-se as eleições para governador em 11 Estados, e setores de uma oposição burguesa na GB e em MG ganharam a cobertura dos reformistas, com a promessa de "combater a ditadura". Assim como em março, em SP, já tínhamos adotado a posição de anulação do voto, também essa foi nossa posição em outubro: nenhuma confiança na "oposição oficial", repúdio a farsa eleitoral. Tal posição, defendida por nossos militantes, representou importante contribuição para o fortalecimento da consciência revolucionária e já permitiu os trabalhos de frente perante um trabalho concreto, sendo uma base para uma campanha bem mais cheia de êxito no ano seguinte.

O Informe Nacional — que iniciava em novembro sua tiragem semanal — chamou em seus primeiros números à luta pela "posse dos eleitos", ameaçada então pela linha dura. A Secretaria Executiva, responsável pelo Informe Nacional, não via que, em qualquer circunstância, deveríamos chamar a massa operária a lutar "por seus próprios interesses, e não pelos objetivos de qualquer facção burguesa. As SRs de MG e da GB, e os outros 3 membros do CN (comps. Salles, Mareio e Celso) manifestaram sua oposição a palavra-de ordem lançada. A divisão então produzida no CN (esses 3 contra os 3 que sustentavam a posição do Informe: Raul, Fred e Oliveira) foi superada quando os próprios acontecimentos tiraram o problema da ordem do dia. Só mais tarde, quando o caso foi novamente levantado no interior da O., é que o CN voltou a discutir a questão e, desta vez, por unanimidade (5 x 0), considerou errônea a posição defendida na ocasião pelo Informe.

Mas, nem sempre as divergências se manifestaram em sua clareza política. A própria falta de preparo político dos militantes, já que o golpe produzira urna renovação muito grande e a formação dos quadros ficou insuficiente, dificultava a que as críticas e descontentamentos se revelassem no nível político. Perante as condições difíceis de luta, o imediatismo tomou conta de muitos militantes sem formação; do entusiasmo fácil passavam para o ceticismo e a crítica difusa e mal concebida. O trabalho no meio operário se mostrava duro e exigia uma disposição de fôlego, a preparação militar se fazia agora a ritmo mais lento, a criação duma organização centralizada e eficiente esbarrava com a própria deficiência dos quadros e, o novo nível das tarefas revelava a heterogeneidade política submersa num nível anterior. As perspectivas insurrecionais que alimentavam boa parte dos nossos quadros mostravam-se falsas. Foi nesse quadro que se iniciou uma crise nos plenos órgãos de direção da O.. Primeiramente, com as acusações mútuas entre Orlando — do Setor Nacional de Finanças — e Clea — da SR de São Paulo. O CN examinou e não aceitou a acusação formulada por Orlando de que Fred. e Clea eram representantes do carreirismo burocrático. Ao mesmo tempo criticou algumas atitudes de Cléa— principalmente sua renúncia ao SE de SP como represália pelo fato de o CN ter aceito examinar as acusações contra ela. Criticou também os "vícios individualistas" de Orlando, como sua atitude de recorrer à ameaça dentro da O. (7.1.66). Insatisfeita, Cléa retirou-se da O. Orlando, por sua vez, não aceitou a censura que lhe fora feita, buscando prolongar o mais possível uma decisão e querendo fazer com que o CN voltasse atrás. Depois começou com ameaças: diria que os dirigentes eram delatores etc. —, a sabotar os contatos e até a ensaiar provocações. Daí foi finalmente expulso em março de 1966.

Antes disso, em 7.1.66, Fred abandonara a O., contrariando decisão do CN de só recorrer ao asilo para alguém em casos excepcionais ; ele — sem querer rediscutir o caso — providenciara por conta própria seu asilo, sem conhecimento dos companheiros. Pretextando então divergências varias, desligou-se e só aí começou a elaborar uma crítica aos ex-companheiros do CN. O CN pôs à disposição dos militantes o documento de renúncia de Fred e a resposta dada a ele.

Tais acontecimentos não poderiam deixar de se refletir nas atividades gerais da O. Eles refletiram uma fase de amadurecimento da O., na qual as atitudes individualistas — principalmente de dirigentes — criaram sérios entraves. A herança pequeno-burguesa pesava contra os intentos de avanço da O. e a detonação da crise em plena direção revelou as deficiências latentes» Mas exatamente essas deficiências no plano da formação de quadros impediram nos militantes uma visão correta da natureza dessa crise. Descrença, reações emotivas, descontentamento difuso e sem princípios tomaram conta de vários quadros e retardaram sua superação.

O REVIGORAMENTO DA ORGANIZAÇÃO

Em abril de 1966 o CN convocou um Pleno Ampliado do Comitê Nacional, convocando, além de seus membros (então em número de 5), um representante de cada Secretaria Regional (em número de 6), participando ainda, sem direito a voto, um companheiro cooptado como suplente do CN (Rafael). O pleno de abril por um lado refletiu a crise interna e, por outro, marcou uma retornada do esforço político para trilharmos o caminho da construção de um partido revolucionário. Vemos hoje a importância que teve tal esforço teórico de traçarmos um balanço de nossa situação e uma perspectiva prática. As discussões do PN revelaram várias posições frente a situação da O. e a luta política mesma. Por "ausência de uma palavra de ordem tática global", ou por "falta de clareza", ou "falta de planos concretos de agitação" etc. surgiram as oposições à orientação do CN. Na GB, onde a O. ainda não conseguira vencer a situação de desorganização, a SR pretendeu descarregar as causas principais dos fracassos num membro do CN que, ao tentar corrigir as faltas repetidas da SR, foi acusado de "mandonismo". O CN procurou mostrar como tais acusações procuravam encobrir um fracasso nas tarefas da SR e propôs ao PN uma intervenção na GB, que passaria à responsabilidade direta do CN. A proposta foi rejeitada. Neste e em outros assuntos manifestou-se uma tendência "autonomista" e descentralizadora.

O PN de abril teve sua importância pela aprovação das diretrizes políticas decisivas para o revigoramento da O. Mas é importante salientar a oposição que já se fazia a elas. Além de Joaquim, da SR de MG, e que propunha a alternativa da "Constituinte", votaram contra a "Resolução Política" Raimundo, da GB, e Amaury, de SP (este teve depois seu voto desaprovado pela SR de SP), com argumentos nebulosos mas que tinham em comum a ilusão pequeno-burguesa que, diante de todas as dificuldades do trabalho prático - e que só podem ser resolvidas pelo próprio trabalho - busca uma fórmula mágica, simples e genérica, que a livre da ação árdua, representando assim uma fuga do problema. A "Resolução Política" foi aprovada contra os 3 votos. O PN de abril aprovou também as "Teses sobre a Situação Internacional" e as "Teses de Tiradentes" — onde se traça uma linha estratégica para a O. a partir do objetivo de criar uma classe operária politicamente independente. Tomou medidas para superar a situação de isolamento a que ficara relegado o setor operário de MG e para tentar a reorganização da seção de Brás.

A partir de então procuramos estimular o debate interno, criando nele condições políticas para um salto organizatório. Verificamos que qualquer avanço da O. seria ilusório se seus próprios quadros não tomassem consciência dos problemas e alternativas cruciais da esquerda e da própria O.. Com a divulgação de "Aonde Vamos?", o CN situou politicamente o debate e as perspectivas da vanguarda, apontando o caminho de uma estratégia revolucionária nos níveis da formação dos militantes, do campo de ação e das tarefas fundamentais da O., do papel do proletariado e do governo de transição. Com "A propósito da Constituinte", enfrentamos o problema que se colocava para nossos militantes. "Estado e Classe" esclarecia conceitos obscurecidos pela tradição reformista e aplicava-os a nossa História.

Lenta mas progressivamente o debate foi ganhando quase todos os níveis da O., despertando os militantes para as tarefas de definirmos com mais clareza e homogeneidade as premissas para a construção do partido revolucionário.

O Pleno Nacional de julho já refletiu os primeiros efeitos dessa discussão. Os defensores da tese da "Constituinte Popular" elaboraram outro longo documento ("Resposta ao Documento da Direção..."), atualizando sua argumentação e fazendo uma revisão de todas nossas posições a partir de suas concepções. O PN rejeitou tal concepção por 6 x 1 e uma abstenção, ao mesmo tempo era que mantinha a discussão interna até o Congresso Nacional. Mas já então foi necessária uma advertência à atitude de defesa externa do ponto de vista rejeitado pelo CN — feita em MG — e o uso da direção intermediária — a SR de MG — para a assinatura de documentos políticos de oposição à linha nacional. Com "Mais uma vez sobre a Constituinte...", o CN esmiuçava e rebatia os desvios da tese proposta.

Em fins de agosto ocorreu uma cisão em SP: manobrados por Orlando, 10 militantes rompem com a O, e iniciam campanha contra ela. O descontentamento difuso serviu dessa vez às provocações do elemento expulso. Uniram-se críticas ao Manifesto-Programa ao "guerrilheirismo", calúnias contra militantes, e iniciou-se uma campanha visando o descrédito da O.. Mas, embora a cisão tenha envolvido alguns quadros intermediários de SP e tenha se aproveitado de nossa situação de clandestinidade para usar de todos os recursos propagandísticos contra nós, exatamente o novo impulso que vínhamos dando a O. já serviu para esvaziar os piores efeitos da campanha. Esta acabou descambando em policialismo do mais rasteiro, procurando-se identificar nomes e divulgá-los. Ao perceber seu caráter, alguns voltaram atrás (2 pediram reingresso), a maioria abandonou tudo e foi ganha pelo desânimo e pelo carreirismo burguês. Orlando e o que restou querem ainda vez por outra preparar alguma provocação junto a um grupelho socialdemocrata de São Paulo.

Em setembro, nossos militantes estiveram junto a outras forças de esquerda revolucionária —

principalmente a dissidência do PCB — a frente das grandes manifestações estudantis contra a ditadura. Já então o desenvolvimento da luta interna no PCB, criando uma oposição de esquerda com concepções bem próximas as nossas abria novas perspectivas para a luta. A continuidade de nossa propaganda - mantida principalmente pelo Informe Nacional - criava condições para a penetração de nossas teses em novas áreas. O deslocamento de militantes de Bras. para a GB levou sangue novo para a seção e permitiu, finalmente, a criação de uma base inicial para um bom trabalho na velha capital.

Em outubro realizou-se um novo Pleno Nacional, que discutiu a situação política, confirmando a posição de denúncia da farsa eleitoral, acompanhou a forma das discussões internas e elaborou as normas do Congresso. A ausência dos representantes da Ba. e Go., de um membro do CN, a constatação dos fracassos na reorganização de Brás., além de problemas disciplinares, causaram preocupações no PN.

A campanha pelo voto nulo representou um grande avanço da esquerda revolucionária no país. Foi levada pela AP (que a vinculava à plataforma liberal do MCD), por nós e pela dissidência do PCB, e permitiu uma aproximação maior entre nós e esses companheiros, principalmente da GB.

Já neste ano, embora não tenha havido ainda um salto qualitativo na O., são visíveis os progressos feitos. O desenvolvimento sério de um trabalho operário apurou ainda mais a O. na Ba., reforçou-a em MG e abriu novas perspectivas para os militantes desta Seção, começou a dar seus frutos em SP, abre agora as perspectivas para um revigoração na GB em aliança com a dissidência. O "Comitê de Empresa" trouxe uma orientação para esse trabalho. E, frente a ele se esboroam concepções que vigoravam na militância puramente estudantil: a ideia de que é preciso uma palavra de ordem geral para mobilizar a massa, as ideias comodistas de fórmulas sintéticas para levantar os trabalhadores, se desfizeram ante a própria prática da organização na classe, como já se faz de forma mais nítida em MG, SP e BA. Em Go. também os companheiros já estão se fortalecendo e já tem uma base inicial para esse trabalho, restando um esforço organizatório e maior assistência política.

Também o trabalho na UNE se fez mais sistemático este ano, com o funcionamento efetivo da coordenação nacional estudantil. Aqui se reforçou o trabalho conjunto com a dissidência, (que se reforçou na GB e no RS e se estendeu por outros Estados). Aprofundou-se a agitação revolucionária vencendo-se aos poucos os chavões liberais e nacionalistas pelas posições comunistas. Nós mesmos nos apuramos vencendo os desvios estudantis na condução do trabalho e da luta. O documento estudantil nacional, os informes estudantis e nossa participação no Congresso e nas lutas estudantis de modo geral tem contribuído para o fortalecimento de uma tendência revolucionária conseqüente no meio estudantil.

A imprensa — ainda esbarrando em uma série de dificuldades de ordem principalmente material, mas também com a carência de quadros políticos de nível — veio desempenhando um grande papel de coordenação nacional de nossa luta, transmitindo experiências e dando a orientação nacional para a ação. O que já obtivemos de homogeneidade, e a influência que ganhamos, se deve em boa medida ao desenvolvimento da imprensa revolucionária da O. A par com ela cresceu a centralização nacional, que, embora com deficiências ainda sérias, melhorou a coordenação nacional. Surgiram embriões da O. em Pe., Pr. e Sg.

Mas a verdade é que o próprio avanço revela com mais nitidez a grandeza dos passos que ainda têm de ser dados na construção de um partido operário. O reforçamento organizatório revela a deficiência dos quadros, suas limitações pequeno-burguesas em geral e a sua resistência ao trabalho disciplinado e duro; o trabalho no meio operário revelou as deficiências políticas dos militantes, muitos ainda incapazes de travar um diálogo e dar orientação à luta cotidiana dos trabalhadores. O crescimento da nossa importância revela as nossas fraquezas internas nos mínimos detalhes: das finanças às viagens e coordenação.

As indisciplinas e o comportamento anárquico dão outra faceta dessas fraquezas. Mas não resta dúvida de que a raiz da crise é política: a precária assimilação da teoria marxista; e a solução é prática: essa assimilação teórica na vida e na militância de todo dia. A batalha interna que travamos de autodepuração através da discussão que elimine as concepções pequeno-burguesas através da crítica e da autocrítica, através do enfrentamento das tarefas disciplinadamente, obrigando cada militante a dar o máximo — está ligada a batalha externa de mobilização revolucionária do proletariado.

Enquanto propagandistas das teses marxistas — da hegemonia do proletariado, da revolução socialista, do internacionalismo militante — desempenhamos um papel na esquerda brasileira. O surgimento de forças com concepções semelhantes e o crescimento acelerado das áreas onde se faz sentir a penetração das posições marxistas leninistas são um feito do trabalho já feito. As possibilidades concretas para urna frente de esquerda revolucionária surgem pela primeira vez desde

nossa existência como organização.

Isso tudo nos mostra que a crise que enfrentamos é de crescimento. Trata-se de enfrentarmos as tarefas colocadas num momento superior da luta. Hoje, a contradição fundamental que está na base das nossas discussões internas é a de possuímos uma linha correta para a revolução brasileira nos seus aspectos principais, mas de termos sido ainda incapazes de traduzi-la numa militância profunda que comprometesse toda a vida dos nossos militantes. Essa distância entre a teoria e a prática tem também suas raízes na nossa própria história e disso já falamos muitas vezes ao examinarmos os meios de vencer o problema. O importante aqui é verificarmos que, perante ele, surgem duas atitudes básicas: a de negar a linha revolucionária, negar o caminho árduo da mobilização revolucionária dos trabalhadores em nome de saídas populistas e oportunistas que mantenham o empirismo da ação, e a atitude marxista de vencer a distância através da ação consciente, materializando a linha comunista consequente no trabalho sistemático e sem concessões de princípio.

Por isso, a nossa transformação numa efetiva organização de combate da classe operária é uma tarefa ao mesmo tempo interna e externa. De um lado temos o combate para eliminar o comportamento inconsequente e amadorista, trazido da militância estudantil (que vai até o combate às concepções que racionalizam esse comportamento da pequena-burguesia) de outro, temos o próprio trabalho revolucionário de condução da classe — da agitação, da organização, da propaganda, da luta armada, etc. — como um processo prático de autodepuração.

Com a abertura das discussões para o Congresso vieram a tona, cristalizadas, as tendências existentes na O. A vitória de uma ou de outra está nas mãos deste Congresso. As tendências ao reformismo não se limitaram aos autores da tese da "Constituinte": na GB surgiu o Projeto de Programa nº 2, que nega o caráter socialista da revolução e substitui a prioridade do trabalho nas fábricas pela palavra-de-ordem "rumo ao campo".

O CN deposita no Congresso Nacional a decisão sobre o nosso caminho daqui para diante. Acreditamos que as alternativas são entre a estratégia da organização independente do proletariado e da revolução socialista e as estratégias que se apegam ao nacionalismo e ao populismo entre uma organização centralizada e as heranças federalistas; entre a concepção leninista da hegemonia da ideologia operária e as capitulações ante os chavões da classe média. Do avanço ou do recuo, da decisão de criar um partido proletário ou de retroceder em grupo estudantil radical, — nós é que decidiremos agora.

ooo